

## **A criança como mestre do gozo da família atual: desdobramentos da “pesquisa de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil”**

### **Leda Mariza Fischer Bernardino**

Professora titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Psicanalista. Analista-membro da Associação Psicanalítica de Curitiba e da Association Lacanienne Internationale. Membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental. Autora do livro “As psicoses não decididas da infância” (Casa do Psicólogo).

End.: R. Carmelo Rangel, 941, Batel. Curitiba, PR. CEP: 80440-050.

E-mail: ledber@terra.com.br

### **Maria Cristina Machado Kupfer**

Professora livre-docente do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Psicanalista. Diretora da Associação Lugar de Vida. Membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental. Autora dos livros “Freud e a Educação: o mestre do impossível” (Scipione) e “Psicanálise e Educação: Educação para o Futuro” (Escuta).

End.: R. Heitor da Andrade, 40, Vila Madalena. São Paulo, SP. CEP: 05441-020.

E-mail: mckupfer@usp.br

## Resumo

*A partir dos resultados preliminares da pesquisa IRDI, que apontam para um grande número de sintomas relacionados com falhas na função paterna, tais como falta de limites, dificuldades de separação e agitação motora, pretende-se discutir as mudanças culturais que se produziram na alta modernidade. Procura-se analisar como a inflação dos objetos reais, a prevalência das imagens em detrimento das palavras e a falência simbólica incidem sobre a família contemporânea, provocando uma inversão nas relações, de modo que a criança teria um lugar de mestre em relação aos adultos que a cercam. Apontam-se as dificuldades de a família atual continuar garantindo sua função de transmissora da cultura e os sintomas clínicos decorrentes desta situação, bem como o papel do discurso psicanalítico nesta questão.*

*Palavras-chave: pesquisa IRDI, família, função materna, função paterna, discurso psicanalítico.*

## Abstract

*From the preliminaries results of the IRDI research, which point a great number of symptoms related with failure of the paternal function, like the absence of limitations, separation difficulties and motor agitation, this paper discusses the cultural changes that the high modernity causes. It analyses how the objects inflation, the prevalence of the images and the symbolic failure cause challenges in the contemporary family by an inversion in the relationships, with the child in the place of master in her rapport with the surrounding adults. It is question if the family will assure its function of the culture transmission and the clinics symptoms of the actuality, same so the role of the psychoanalytical discourse about this point.*

*Keywords: IRDI research, family, maternal function, paternal function, psychoanalytical discourse.*

## Introdução

O presente trabalho parte de alguns resultados preliminares de uma pesquisa, bem como de uma constatação quanto às mais freqüentes queixas que atualmente recebemos em nossos consultórios psicanalíticos no que concerne às crianças.

Foi achado, na Pesquisa Multicêntrica de Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil<sup>1</sup> – que avaliou uma amostra de crianças de todas as regiões do Brasil aos três anos de idade – um alto índice dos seguintes sintomas clínicos: falta de limites, agitação motora e dificuldade de separação.

Em nossos consultórios as queixas confirmam este achado, pois os principais problemas que mobilizam a procura pelos profissionais “psi” que atendem crianças têm sido a hiperatividade e os problemas de comportamento em casa ou na escola. São muitos também os quadros clínicos que apontam para a depressão infantil.

Além destes dados, faz parte do cenário da vida moderna do Brasil – fato já descoberto e muito bem explorado pelos especialistas em marketing e propaganda – que a criança é a grande responsável pelas escolhas que a família precisa fazer. Isto ocorre tanto no que se refere ao lazer – onde almoçar aos domingos, para onde viajar nas férias, a que filme assistir..., quanto aos objetos a serem adquiridos: o modelo do carro, os móveis da casa e até, em alguns casos, as crianças chegam a escolher a escola na qual vão estudar.

Todos estes fatores apontam para uma inversão na relação entre adultos e crianças em nossa sociedade, que pretendemos tratar a partir da seguinte hipótese: o lugar da criança nas famílias ocidentais neste início de século é o de mestre do gozo. A criança está encarregada de decidir quais objetos aportam o gozo e de que maneira gozar deles. Pense-se para isso em um exemplo muito banal: a criança que ensina seus pais, com bastante desenvoltura e diante da vacilação deles, a utilizarem o telefone celular, após tê-los ajudado a escolher o modelo a ser comprado.

Constituem os objetivos deste trabalho: analisar as condições modernas que levaram a esta inversão, refletir sobre as conseqüências clínicas daí advindas e apontar algumas perspectivas oferecidas pela psicanálise.

## A pesquisa

A partir da teoria psicanalítica, um grupo de pesquisadores universitários brasileiros desenvolveu um protocolo com 31 Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil (IRDI), que poderiam ser úteis para indicar a possibilidade de surgimento de distúrbios psíquicos ulteriores. O pressuposto que norteou esta pesquisa é o de que a subjetividade é um aspecto central e organizador do desenvolvimento em todas as suas vertentes. Essa subjetividade, por sua vez, é construída pela inserção da criança na linguagem e na cultura.

Os pesquisadores supuseram ainda que estes protocolos pudessem ser aplicados por pediatras em consultas de rotina. A pesquisa se desenrolou em duas etapas: 1) aplicação do IRDI em 680 crianças e respectivos responsáveis, de 10 cidades brasileiras (englobando todas as regiões do país) até a idade de 18 meses; 2) composição de uma subamostra de 300 crianças avaliadas na idade de três anos através de uma avaliação psiquiátrica e psicanalítica, por meio de dois protocolos criados para esse fim: o roteiro para a Avaliação Psicanalítica (AP3), e o roteiro para a Avaliação Psiquiátrica. Essas avaliações foram finalizadas em janeiro de 2007. A partir dos resultados da avaliação psicanalítica foi montada uma tabela de sintomas clínicos. Definiu-se em seguida o desfecho clínico da pesquisa: a) presença ou ausência de problemas de desenvolvimento para a criança, ou b) presença ou ausência de risco para a constituição do sujeito. A análise estatística preliminar apontou que o IRDI possui uma capacidade maior de prever problemas de desenvolvimento do que a capacidade de prever o risco psíquico.

A AP3 foi construída para permitir a validação do IRDI, mas ganhou “vida própria”, em razão de sua importância como instrumento de avaliação diagnóstica.

Não faltam instrumentos diagnósticos de avaliação de crianças e de transtornos mentais. O roteiro AP3 baseia-se, porém, em alguns eixos teóricos psicanalíticos que não se encontram nos instrumentos de avaliação já consagrados. Ele foi construído a partir dos eixos que se encontravam na base do IRDI (Pesquisa Multicêntrica de Indicadores Clínicos de Risco para o

Desenvolvimento Infantil, 2005), quais sejam: suposição do sujeito, estabelecimento da demanda, alternância presença/ausência, função paterna. No eixo “suposição do sujeito” trata-se de uma antecipação realizada pelo agente materno, pois o bebê não se encontra ainda constituído como sujeito. Tal constituição depende justamente de que ele seja inicialmente suposto ou antecipado pela mãe (ou cuidador). No eixo “estabelecimento da demanda” trata-se de que as primeiras reações involuntárias que o bebê apresenta ao nascer, tais como o choro, sejam reconhecidas pela mãe como um pedido que a criança dirige a ela, e diante do qual a mãe se coloca em posição de responder, ou seja, implica uma interpretação em que a mãe usa linguagem, “traduz” em palavras as ações da criança, e “traduz” em ações suas próprias palavras. Já o eixo “alternância presença/ausência” implica que a mãe (ou o cuidador) não responda ao bebê apenas com presença ou apenas com ausência, mas que produza uma alternância, não apenas física, mas, sobretudo, simbólica. Por exemplo, entre a demanda da criança e a experiência de satisfação proporcionada pela mãe, espera-se que haja um intervalo diante do qual venha a surgir a resposta da criança. Finalmente, o eixo “função paterna” pressupõe que a mãe tenha a criança numa posição de referência a um terceiro (geralmente o pai) em seu laço com ele, não fazendo dessa criança um objeto que se presta unicamente à sua satisfação. Além destes quatro eixos, na AP3 foram instituídas quatro novas categorias, dentro das quais estão descritos os sintomas clínicos: o brincar e a fantasia; o corpo e sua imagem; manifestação diante das normas e posição frente à lei; a fala e a posição na linguagem. Todos esses eixos foram construídos tomando-se como base as leituras da clínica psicanalítica propostas por J. Lacan, F. Dolto e por D. Winnicott, predominantemente.

O instrumento foi inicialmente construído visando obter uma avaliação clínica aproximativa da posição subjetiva da criança. Consideramos aproximativa porque, a rigor, só poderíamos ter esse dado em transferência no contexto de uma análise.

A construção do instrumento realizou-se em etapas. Na primeira, os avaliadores seguiram a primeira versão da AP3, concebida pelo Grupo Nacional de Pesquisa (GNP) e seguiram alguns critérios, definidos inicialmente por A. Jerusalinsky<sup>2</sup>, para orientar

a anotação de sintomas clínicos. Na segunda etapa, o grupo de pesquisadores começou uma primeira reavaliação dos protocolos, e refez os primeiros critérios e classificação dos resultados, montando uma segunda tabela com os sintomas clínicos que já haviam surgido nas primeiras 100 crianças reavaliadas. Essa construção gradual de tabelas seguiu a metodologia de construção *post-hoc*, e permite adaptar gradualmente os achados às tabelas de avaliação. Na terceira etapa, uma última e definitiva tabela foi montada. Todas as 267 avaliações foram então revistas e novamente anotadas.

Finalmente, a partir dos sintomas clínicos e da avaliação qualitativa realizada para cada criança, foi feita a anotação daquilo que constitui propriamente o desfecho clínico da pesquisa: presença ou ausência de problemas de desenvolvimento para a criança; ou presença ou ausência de risco para a constituição do sujeito.

Havendo sintomas clínicos constatados, é possível afirmar que a criança está apresentando **dificuldades de desenvolvimento**, e poderá atravessar dificuldades de ordem psíquica, de pequena monta ou mesmo mais intensas. Mas a presença de **risco para a constituição subjetiva** aponta para problemas mais estruturais e localiza uma evolução em direção às psicopatologias graves da infância, tais como as psicoses infantis, as psicopatologias que apresentam traços autistas e até mesmo o autismo (que não surgiu, diga-se de passagem, em nossa amostra). Ainda está sendo utilizada a categoria **risco** porque em crianças de três anos não é possível diagnosticar psicopatologias definitivas; o autismo, por exemplo, só está sendo diagnosticado de modo conclusivo em crianças com cinco anos de idade.

Para realizar a anotação final – dificuldades de desenvolvimento ou risco psíquico – alguns sintomas clínicos foram eleitos como conclusivos, a partir do estudo inicial realizado por Jerusalinsky. Havendo a presença de um dos sintomas conclusivos, é possível anotar para a criança a presença de risco para o desenvolvimento psíquico.

Ainda como um achado inicial, 11,95% das crianças apresentaram risco psíquico e apresentaram sintomas conclusivos cujo aparecimento na amostra total variou entre 1% e 3%. Essas porcentagens são mais modestas do que aquelas apontadas por

estudos americanos recentes, com taxas altíssimas de incidência de transtornos de desenvolvimento, mas condizentes com uma perspectiva teórica que entende os distúrbios graves como manifestações pouco frequentes na população em geral.

A avaliação psicanalítica proposta não se constituiu em uma investigação exaustiva nem limitativa. Visou apenas garantir certa homogeneidade nas entrevistas, bem como recolher material suficiente para estabelecer uma hipótese a respeito do processo de constituição psíquica das crianças avaliadas. Buscou-se, em última análise, registrar se essa constituição psíquica está em andamento ou em risco, apresentando sintomas clínicos já instalados.

Embora esses resultados sejam ainda iniciais, os dados obtidos são de uma enorme riqueza, e mal se iniciaram as análises que eles permitem. Temos em mãos 267 protocolos de crianças investigadas, em diversas capitais brasileiras, nos quais está anotado o aparecimento de 61 tipos de sintomas clínicos, cujo surgimento soma um total de 680 ocorrências.

Os resultados que pretendemos discutir neste trabalho dizem respeito às relações da criança com a função paterna, portanto, com a Lei básica da cultura, que, por sua vez, abre caminho para a entrada no campo das regras e limites ordenadores do campo social. Deste total de 267 crianças avaliadas, obteve-se que 46,2% dentre elas apresentam sintomas no eixo “manifestações perante as normas e posição frente à lei”, assim distribuídos: 10% têm necessidade de castigos corporais para obedecer, 7,6% não respeitam limites, 7,6% apresentam confusão e angústia frente à lei, 7,5% apresentam birras prolongadas, 6,5% apresentam desobediência desafiadora, 4% recusam o “não” e 3% recusam a presença de um terceiro na relação com a mãe. No eixo “o corpo e sua imagem”, obteve-se que 25% das crianças apresentam dificuldade de separação em relação aos pais, sendo que um terço destas apresentam agitação motora e condutas agressivas.

O que poderíamos refletir sobre estes achados clínicos? Propomos pensá-los como relacionados às mudanças enfrentadas pela sociedade e pelas famílias neste novo século.

## A família na passagem do século XX para o XXI

Em 1938, J. Lacan propôs uma definição para o verbete “família”, a fim de participar de uma enciclopédia francesa. Vamos tomá-la como um reflexo do que se entendia por família no século XX. Lacan ali diz que a família tem uma dupla função biológica: garantir a geração e a sobrevivência dos jovens; mas sua função fundamental, segundo ele, que justificaria a sua existência enquanto instituição seria a **transmissão da cultura**. Devido a esta função, simbólica por excelência, a família presidiria os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico, no entendimento do referido autor.

Se a alta modernidade, que hoje impera, traz como suas principais características o questionamento da tradição; o declínio efetivo da função paterna; a mudança dos papéis sociais de homem e de mulher que, por sua vez, altera o exercício das funções parentais; o deslizamento a que assistimos, do ponto de ancoragem da cultura, que passa da palavra para a imagem, será que a família do século XXI ainda está em condições de garantir sua função, segundo a concepção lacaniana, de transmitir a cultura e de presidir as operações psíquicas básicas, necessárias para a constituição do psiquismo de seus rebentos?

Percorramos as idéias de alguns autores, de diferentes campos, cujas contribuições nos permitirão refletir sobre estas mudanças e suas conseqüências para os novos sujeitos.

Um autor que trabalha as transformações nas bases das relações na vida moderna, Anthony Giddens (2002), aponta como as alterações que se produziram no processo de industrialização, na forma atingida pelo capitalismo e na passagem para o Estado-Nação, implicaram dois efeitos marcantes nas estruturas sociais: sua fragmentação e sua dissociação. Para ele, a modernidade faz explodir a estrutura familiar, que atualmente se apresenta através de novos laços familiares. A velocidade das transformações sociais (viabilizadas pela tecnologia, principalmente) e as mudanças no campo da linguagem (sobretudo a representada pela Internet – redutora, universalisante e imediata) foram os principais elementos que contribuíram para esta explosão. Assim, a alta modernidade, com o dinamismo que trouxe às instituições sociais – não mais estáveis, fontes de segurança, mas instituições que passam por transforma-



ções cotidianas –, produz um maior impacto sobre os sujeitos. Uma vez rompido o referencial protetor da pequena comunidade e da tradição, as organizações sociais atuam diretamente sobre os sujeitos, mas de uma maneira anônima, impessoal. O sujeito moderno, então, sofre os efeitos da fragmentação dos lugares na família e da dissociação promovida pelas instituições sociais em relação à singularidade. Está submetido às instabilidades das relações familiares, que estão sujeitas às separações de casais, aos riscos econômicos que afetam a vida familiar; assim como tem suas referências identitárias dissociadas entre os valores e regras familiares e sociais, com os quais entra em contato muito cedo. Tome-se o exemplo da creche, na qual o bebê recebe, na maior parte das vezes, os cuidados necessários de uma profissional, encarregada de cuidar dele e de inúmeros outros bebês, cuidando dele tecnicamente e muitas vezes de maneira padronizada. Estes cuidados muitas vezes entram em choque com os hábitos familiares, que são por vezes até condenados pelos profissionais da creche.

No século passado, imperava a idéia de proteção da criança em relação à sua exposição ao meio social; ela permanecia na família até freqüentar a pré-escola, o que normalmente só ocorreria a partir dos dois, três anos. Até esse momento, ela tinha sua identidade e seu lugar referenciados à sua família. Nota-se, na mudança, a passagem de uma segurança familiar que serve de ponto de referência para a criança montar sua identidade, para um ambiente social, comunitário, no qual pessoas não familiares a introduzem precocemente na comunidade e suas leis gerais, de um modo anônimo e geralmente técnico. Ressalte-se ainda que não se trata de uma crítica, uma vez que atualmente vivemos esta realidade, mas de uma constatação que exemplifica estas idéias de fragmentação e dissociação propostas por Giddens.

Nelson da Silva Júnior (2003) põe o foco no imperialismo da imagem que vigora no novo século. Para ele, o sujeito contemporâneo não mais formula a interrogação existencial “quem sou eu?”, mas se pergunta “o que tenho?”, “o que desejo ter?”, ou seja, do monopólio da imagem passamos ao que ele denominou de uma “mercadorização” da subjetividade. Do ser ao ter encontra-se o deslizamento do sujeito à posição de objeto, principalmente quanto à posição do consumidor, que deve necessariamente comprar os ob-

jetos oferecidos pelo mercado para completar a imagem narcísica que lhe é sucessivamente apresentada pela mídia como uma injunção daquilo que ele deve “ter” para estar “dentro” do sistema.

Dando seqüência a esta questão do alto consumo, Marcus Teixeira (2003) explora um outro viés: a facilidade de acesso aos objetos reais em nossos tempos. Em sua opinião “ao homem do século XXI nada faltaria”, pois a sociedade capitalista provê ofertas demasiadas de objetos e de facilitações para o gozo. O que vigora é uma ausência de limites para este gozo. Ora, sabemos desde Freud que só é possível desejar se houver falta. Há, portanto, um efeito de apagamento do sujeito: como desejar se não há falta? Os objetos são abundantes e não se torna possível a percepção da falta, com o seguinte agravante, como aponta o mesmo autor: os objetos permitem ter, mas nada respondem sobre o ser. Para Teixeira (2003), para responder sobre o ser é necessário estabelecer laços, percorrer caminhos discursivos.

No que se refere ao campo simbólico, o psicanalista Charles Melman (2003) apresenta a hipótese de que estaríamos vivendo um tempo de **mutação cultural**. Ele apresenta dois grandes traços para esta mutação. O primeiro seria a “foraclusão do Outro”. Foraclusão é o conceito utilizado por Lacan para nomear o mecanismo estrutural das psicoses, no qual se produz uma não inscrição da função paterna, que não se simboliza, permanece no real externo ao sujeito. Como decorrência da foraclusão, não se inscreve a noção da diferença. Uma diferença essencial é entre o outro como meu semelhante, meu par e o Outro como representante ímpar do campo simbólico, da linguagem, exterior aos sujeitos, mas determinante deles. Estaríamos perdendo esta alteridade radical, que é justamente a referência essencial da organização psíquica. Melman aponta a “queda dos grandes textos fundadores da nossa cultura”, tais como a Odisséia, a Bíblia, O Capital, ou seja, textos que ocuparam, no ocidente, este lugar vazio do Outro, lugar que representa a linguagem, a cultura, a Lei. Segundo ele, estamos na era do diálogo horizontal com o outro, o desinvestimento do saber, levando todo outro ao lugar de semelhante e não mais de alteridade. Como causas para este declínio, Melman alude à queda de ideologia comunista (enquanto última resistência ao pensamento único capitalista), o conseqüente desenvolvimento da economia liberal,

que propõe abolir as restrições do gozo, e o progresso tecnológico com a globalização decorrente, que leva à renúncia das particularidades culturais dos povos.

O segundo grande traço seria representado pelo excesso de objetos de gozo (hoje achamos bom o que outrora rejeitávamos, ou o que antes se achava obsceno, hoje é exibido) e a desvalorização da vida: se antes a vida era sagrada, para que se a transmitisse, hoje o respeito à vida não constitui mais um valor, não funciona mais como um limite para o gozo, não contém os excessos. Para Melman, o sujeito moderno tornou-se **atópico**, pois “não consegue mais encontrar seu lugar, sua própria voz, é um sujeito que parece sem consistência, sem projeto fixo, sem anseios pessoais” (2003, p. 153).

Pudemos acompanhar, neste rápido percurso, através de diferentes autores, a fragmentação produzida no sujeito contemporâneo pela prevalência da imagem, pela inflação do real e pela falência simbólica. A resultante parece apontar para o cada vez mais insustentável lugar de sujeito falante e desejante.

Como se apresenta, diante deste quadro, a família contemporânea e a que desafios ela deve responder para continuar cumprindo suas funções?

## **O que uma família deve prover, do ponto de vista psíquico**

Lacan (1938/1987), em seu artigo sobre a Família, ressaltou as três relações fundamentais que aí se tramam: a relação com a Mãe, a relação com o Pai e a relação com o irmão. Na relação com a mãe, é através do desmame que a falta vai se tornar operante para a passagem ao lugar de falante, ou seja, dá-se ao corpo um outro estatuto, desde que se tenha efetivado a separação em relação ao corpo materno, que de real passa a ser registrada psiquicamente, torna-se significativa. Na relação com o irmão, com o semelhante, é à imagem própria e à simbolização do primeiro momento de “fazer corpo com o outro materno” que o sujeito tem acesso, ao perceber a ocupação de um lugar outrora seu por um outro e assim significar a perda deste lugar do gozo. Na relação com o Pai, é da trama edípica que se trata, ou seja, de elaborar a perda do lugar de falo em troca de uma identidade e de um desejo próprios. Neste texto, é muito clara a diferença entre os três momentos: a mãe não tem o

mesmo estatuto do pai e o irmão apenas se faz de tela para o sujeito ali se espelhar e encontrar sua imagem.

Muitos textos e seminários de Lacan se seguiram a esta primeira aproximação do Édipo e das relações familiares, mas podemos resumir, como pontos básicos para a transmissão da Lei e conseqüente organização psíquica, as funções materna e paterna, já situadas no texto citado de 1938, em sua radical diferença. Por função materna Lacan define o que faz uma mulher quando transmite ao seu bebê o significante, através das letras que imprime no seu corpo como marcas de desejo (operação que ele chamou de alienação) e que o insere na linguagem; quando olha seu bebê e reconhece-o como filho, dotando-o de uma imagem (operação que ele chamou de Estádio do Espelho); quando não é toda presença nem toda ausência, mas se alterna simbolicamente para que seu filho perceba-a faltante (operação de introdução no Nome-do-Pai, aqui representada pelo discurso materno e denominada por Lacan de Separação). Já por função paterna, Lacan define o que faz um homem quando ocupa o papel de pai, real transmissor da castração. Este pai consente em desempenhar o papel do pai terrível e ideal que dá consistência ao corte que separa mãe e filho simbolicamente. Em seguida, este pai passa a ser tão somente o representante de uma lei que também o marcou, mas que o ultrapassa (operação edípica, com a inscrição do Nome-do-Pai).

Como se pode depreender, a transmissão familiar que permite a organização psíquica é, tão simplesmente, a transmissão da Lei organizadora da cultura – Lei de proibição do incesto – ou seja, lei que institui outra ordem, Simbólica, para as relações até então naturais. Trata-se da falta radical que estrutura o campo simbólico, resultado da substituição de um real (a partir daí faltante) pelo significante.

Seria possível, atualmente, para os pais, efetuarem esta transmissão?

## **Uma inversão de posições**

Vivemos em tempos de profusão de objetos reais que prometem gozo ilimitado e a ilusão de não se ter nenhuma falta; as imagens que nos perseguem são imagens da completude permitida por estes inúmeros objetos e a felicidade correspondente; enquan-

to, em termos simbólicos, todo aquele que ocupa o lugar de poder e de saber mostra-se cada vez mais ridicularizado, questionável e impostor (desde o chefe da nação, até o professor, os grandes mestres da cultura e o pai de família).

Por outro lado, as mudanças econômicas, jurídicas e sociais que vêm cada vez mais anular a assimetria entre as funções paterna e materna, anulam no mesmo movimento as operações psíquicas que precisam desta disparidade para ocorrer. Se ao pai cabe ser essencialmente simbólico para inserir a criança na linguagem, o fato de ele ser localizado pela ciência e reconhecido pelo Direito no real do DNA o reduz a uma única função, a biológica. Se à mãe cabe incidir com seu desejo e produzir marcas singularizantes no filho, o fato de ela ter igual estatuto simbólico que o homem e se ausentar tanto de casa quanto ele para trabalhar dificulta para a criança perceber sua falta, condição para a trajetória edípica se instalar e ter prosseguimento. A esta mãe toda nada parece faltar!

Em contrapartida, percebemos através dos dados de nossa pesquisa – que confirmam nossa clínica em consultórios e em instituições diversas – que esta ilusão de não ter falta é percebida por todos em sua iniquidade, na medida em que a angústia própria à condição humana de faltante não deixa de se presentificar nos diversos sintomas que se apresentam na infância, no exercício da parentalidade e no campo social. Embora a tendência atual seja a de renegar esta constatação através da biologização e da medicalização destes sintomas, eles não deixam de denunciar o mal-estar. Lamentavelmente, este mal-estar é, na maioria das situações, banalizado e calado através de estratégias que fazem parte do funcionamento globalizante já discutido acima – deve-se combatê-lo em nome de um ideal de felicidade generalizado. O valor da psicanálise, a partir do brilhante texto de Freud (1927) “O Mal-Estar na Civilização” está em lembrar a todos da estrutura da condição humana, heterotópica, que entre o tropos corporal e o tropos simbólico contém um hiato nunca preenchível, donde advém o desamparo, “fonte primordial de todos os motivos morais” como já dizia Freud (1895, 1950, 1972, p. 422) em “Projeto para uma Psicologia Científica”.

Nossa resposta, portanto, à questão da transmissão que os pais teriam de realizar para seus filhos – da falta –, de modo a promover uma organização psíquica, é que as condições para tal não estão mais garantidas pelo campo social, que atravessa mudanças estruturais significativas, como apontamos acima. São os pais que, solitários, na intimidade de seus lares, devem sustentar esta transmissão; ainda correndo o risco de se verem desmentidos a qualquer momento pela mídia ou pela ciência. Passa a ter importância crucial o tipo de relação que estes pais têm com a falta, com a castração, para que possam sustentar, à revelia do movimento cultural atual, a questão dos limites e das leis organizadoras. Esta falta de consonância entre o familiar e o social cria uma defasagem geradora de angústia – para os filhos, que estão diante desta dupla mensagem, que ao mesmo tempo transmite a falta, mas a renega; para os pais, que estão sozinhos no exercício de sua função.

Vemos então a criança chamada a se posicionar não apenas como aquela que assegura aos pais um resgate narcísico – posição descrita por Freud (1914, 2004) em seu artigo **Sobre o Narcisismo** como estruturante do laço pais/filhos – mas como aquela através da qual o Outro social concederia finalmente o gozo a todos da família.

Eis a inversão: ao trabalhar a demanda do filho – situação em que os pais transmitiriam a ele a falta inevitável do encontro faltoso com o objeto, os pais atuais acabam invertendo esta relação. Eles realizam uma demanda para o filho, dirigindo-o ao Outro social e a sua demanda de preenchimento totalizante. Não se trata de um lugar personalizado, narcisificante, onde ao ocupar um lugar fálico para os pais a criança se inaugura como tendo um lugar especial na história de cada um deles. No lugar da transmissão, por parte dos pais, dos necessários limites para o gozo, é o filho que acena para as inúmeras possibilidades de gozo que os objetos oferecidos ininterruptamente pelo campo social prometem. Trata-se de satisfazer a este grande campo social, externo, anônimo e globalizante, que tem o seguinte imperativo categórico: consuma, encha-se de objetos, seja feliz, seja eficiente, goze.

Muitos psicanalistas discutem atualmente esta questão, conheçamos algumas destas contribuições.

Gabriel Balbo e Jean Bergès (1997) falam da sincronia que acaba se produzindo entre o gozo narcísico dos pais e o gozo do corpo social. Dizem eles: “esse gozo social corresponde a certos critérios que, como *slogans*, as ideologias continuamente relançam para satisfazê-lo” (p. 44-45). Em outras palavras, a criança, ao invés de estar localizada no lugar de objeto fálico dos pais – lugar necessário para já se situar em relação ao falo como significante e ordenador da cultura, pareceria se localizar no lugar de instrumento para locupletar o Outro social e, indiretamente, permitir aos pais um lugar de inclusão neste campo. Trata-se de uma montagem perversa, portanto, na medida em que os sujeitos aí estão localizados como objetos, instrumentos. A criança deteria o poder e o saber de completar o Outro social, como se dela dependesse a transmissão do que este Outro quer – o que a mídia não deixa de apresentar a ela. No lugar da transmissão da falta, dos pais à criança, há uma transmissão de uma demanda de preenchimento do Outro social para com a criança, que ela encaminha para os pais resolver. De qual filiação se trata aí? As crianças autistas nos mostram, ao realizar este encontro direto com o discurso social passado através de imagens pelos aparelhos contemporâneos: há a filiação Disney, a filiação Pixar, a filiação Harry Potter...

Herrada (2007) retoma a afirmação de Freud em **Mal-Estar na Civilização**, “a civilização obriga os sujeitos a viverem moralmente acima de suas necessidades”, para lembrar que são exigidos sacrifícios de gozo para o sujeito participar do campo social.

Atualmente, com esse imperativo do gozo generalizado, produz-se uma modificação radical nessa lógica. Herrada aponta dois lados desta mudança: a queda dos ideais decorrentes do declínio da função paterna e o acesso ao gozo. Para ele, “assistimos, pois, ao desenvolvimento de um discurso de legitimação, de direito e de reivindicação do gozo; o ideal de uma justiça distributiva ultrapassa o campo do bem para infiltrar o do gozo”(2007, p. 112).

Lerude (2007) menciona a diferença de gerações como fundamental para assegurar a assimetria de lugares na família. Entretanto, ela salienta como isso que sempre foi uma evidência, é hoje uma incerteza. Diz: “A nova doxa que regula nossos intercâmbios dá, nós o constatamos em nossa prática, um lugar dominante

à criança, que subverte a disparidade tradicional dos lugares” (p. 81). É justamente esta dissimetria geracional, observa esta autora, retomando Aristóteles, Weber e Arendt, que sustentava a experiência política, ou seja, as relações de poder e autoridade. Lerude demonstra que “reconhecimento, legitimidade e precedência” são “os três elementos essenciais da autoridade, que lhe permitem se destacar da definição que reduzia a autoridade apenas à relação dual de comando e obediência”(p.81). Esta inversão de lugares, com o rompimento da dissimetria pais/filhos, vai interferir diretamente nestes três fatores: se há uma recusa dos lugares diferentes, como obter reconhecimento de um lugar simbólico?

Vemos que as questões de filiação e identificação são seriamente perturbadas: não havendo a idéia de precedência, de linhagem, de seriação, como pensar um projeto de futuro? Não havendo reconhecimento de um lugar, como legitimar uma identidade?

Chegamos então à seqüência cronológica desta problemática que ora discutimos: de criança mestre do gozo, passamos ao adolescente em sua crise psíquica, em busca de um nome e de um lugar no laço social. Os objetos de consumo que são profusamente ofertados para obturar suas faltas nada respondem sobre isso.

As conseqüências destas mudanças não deixam de se fazer presentes na clínica. No que se refere às crianças, são muito comuns atualmente as queixas de depressão e de hiperatividade. O desamparo das crianças, perante a vida imaginária instantânea e *prêt-à-porter* dos “televisores-babás” e dos videogames; ao mesmo tempo em que têm contato direto com as agruras da vida cotidiana, manifesta assim, através do afeto depressivo, como os objetos em abundância não permitem a metaforização da falta e a instauração de objetos transicionais para “brincar” de ser adulto na condição ainda incipiente de criança. Eric Laurent, em entrevista recente<sup>3</sup>, observa: “a televisão comum a toda família não é a oração coletiva da tradição, aquela que permitia vincular os membros da família através dos rituais”. Ele acrescenta ainda que geralmente todos ficam calados diante do televisor, o que “permite articular pouco esta posição do pai entre proibição e autorização”, necessária para dar sustentação à função paterna.



A falta de limites, que se traduz na impossibilidade de limitar as ações mais ordinárias dos filhos pequenos, atinge na hiperatividade o absurdo de uma criança que é chamada a ser mestre do gozo, quando não sabe ainda nem qual é seu lugar no mundo nem qual rumo deve tomar!

Da mesma forma, os chamados “transtornos da conduta” ilustram a carência dos cuidados maternos básicos e da simbolização da falta, ao mesmo tempo em que representam um apelo desesperado, e “enviesado”, em direção a um pai que ponha limites, instaure um sentido para a vida.

No que se refere à adolescência, o embotamento do desejo, a falta de perspectivas de futuro, o acesso a uma sexualidade muito exibida e muito liberada, mas nem por isso menos real e aterrorizante, leva às conseqüências tais como gravidez precoce, anorexia e toxicomanias.

Na gravidez precoce, vemos a permissão do gozo e da satisfação narcísica hoje promovidas anulando as vias simbólicas de construção da feminilidade, na qual se torna evidente a falta de limites para a realização das fantasias da libido no plano real do corpo. Em lugar da fala, do dizer, a passagem ao ato para dizer o que é, para ser mulher, ter um filho.

Quanto às toxicomanias, como bem o apontou Charles Melman (2003), o toxicômano diz a verdade sobre nossa condição social atual: temos a tendência a nos tornar todos adictos em relação aos objetos.

A anorexia, por sua vez, denota a radical questão adolescente da atualidade: não mais se trata de ter acesso à escolha de objeto, mas de permanecer no narcisismo. O que vale não é mais se fazer ver e admirar pelo parceiro do Outro sexo, mas sim estar narcisicamente conforme aos ditames da beleza, contemplando-se no espelho enunciado em *outdoors* do tipo “felicidade é vestir um vestido P”.

## Considerações finais

Como pudemos apresentar no decorrer deste artigo, os resultados da pesquisa IRDI aqui discutidos apontam para dados clínicos que mostram, a partir de nossa amostragem, um grande percentual de crianças brasileiras, aos três anos, diante de uma série de impasses quanto à construção da articulação pulsional com as normas da cultura, fundamental para seu desenvolvimento.

Diante deste quadro, cabe discutir um pouco as alternativas que poderíamos encontrar para resgatar o essencial da função da família, qual seja: responsabilizar-se pela transmissão simbólica e promover o surgimento de sujeitos falantes e desejantes. E aqui nos defrontamos com o papel que poderíamos chamar de “preventivo” da psicanálise.

Por ser um discurso que faz resistência ao movimento cultural atual de apagamento da falta e de desaparecimento do sujeito, o discurso psicanalítico ressalta a falta como estrutural, a incerteza como a possibilidade de existência subjetiva e a polissemia como a riqueza da cultura humana. Neste sentido, o psicanalista, aonde quer que atue, promove lugares de fala, nos quais há possibilidade de circulação de palavras, os sujeitos são chamados a refletir e são escutados no que têm a dizer, isto é, são reconhecidos como seres discursivos, que têm um lugar simbólico próprio a ocupar.

Jean-Pierre Lebrun propõe o psicanalista como o “profissional da enunciação” (2004, p. 199), o que nos parece ressaltar justamente a importância atual desta especificidade. Quer seja no consultório, com os pacientes em análise; quer seja em escolas, hospitais, postos de saúde, é alguém que pode instaurar – em grupos de gestantes, grupos de pais, grupos de crianças em escolas ou centros comunitários, grupos de professores – um lugar para a palavra.

Não se pretende com isso afirmar que a psicanálise daria conta de todos os problemas acima levantados, pois sua incidência é – como todo campo discursivo – limitada. Trata-se apenas de um discurso que pode servir de alerta aos outros discursos; bem como servir de base para alguns questionamentos diante de certos confortos intelectuais, para, juntamente com outros campos que fazem oposição, poder sustentar – diante das mudanças que estamos vivendo – o que é essencial ao homem, que é seu desejo e sua palavra.

## Notas

1. A **Pesquisa Multicêntrica de Indicadores de Risco para o Desenvolvimento Infantil** vem sendo realizada desde 1999 pelo Grupo Nacional de Pesquisa (Kupfer et al., 2003), Grupo de experts formado para propor os instrumentos da pesquisa – o IRDI e a AP3 –, bem como para realizar a sua aplicação no Brasil, no período 2000-2008, do qual as autoras fazem parte, a Professora Dra. Maria Cristina Machado Kupfer como coordenadora nacional e a Professora Dra. Leda Mariza Fischer Bernardino como coordenadora regional.
2. Jerusalinsky, A. **Considerações sobre a avaliação psicanalítica de crianças de zero a três anos**. Texto inédito.
3. Entrevista concedida ao jornal argentino **La Nación**. Disponível em: [www.lanacion.com.ar/edicionimpresa/suplementos/Revista/index.asp](http://www.lanacion.com.ar/edicionimpresa/suplementos/Revista/index.asp)? Domingo, 3 de junho de 2007.

## Referências

- Balbo, G., & Bergès, J. (1997). *A criança e a psicanálise*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Freud, S. (1974). *O mal estar na civilização* (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. 21). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1927).
- Freud, S. (1977). *Projeto para uma psicologia científica* (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. 1). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1950).
- Freud, S. (2005). À guisa de introdução ao narcisismo. In *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (Obras Psicológicas de Sigmund Freud, Vol. 1). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1914).
- Giddens, A. (2002). *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Herrada, F. (2007). *Langue et culture: De l'exil à l'exclusion*. Le bulletin n. 2: Ressurgence du matriarcat? (pp. 111-114). Paris: Editions de l'Association Lacanienne Internationale.

- Kupfer, M. C., Jerusalinsky, A., Wanderley, D., Infante, D., Salles, L., Bernardino, L. et al (2003). Pesquisa multicêntrica de indicadores clínicos para a detecção precoce de riscos no desenvolvimento infantil. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 6 (2), 7-25.
- Lacan, J. (1987). *Os complexos familiares*. Rio de Janeiro: Zahar. (Originalmente publicado em 1938).
- Lebrun, J. P. (2004). *Um mundo sem limite*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Lerude, M. (2007). Mais qu'est-ce qui fait donc autorité? Ressurgence du matriarcat? In *Le Bulletin*, 2 (pp. 80-90). Paris: Editions de l'Association Lacanienne Internationale.
- Melman, C. (2003). *Novas formas clínicas no terceiro milênio*. Porto Alegre: CMC.
- Silva, N., Jr, (2003). À sombra da sublimação: O imperialismo da imagem os destinos pulsionais na contemporaneidade. *PSYCHÉ Revista de Psicanálise*, 7 (11), 29-39.
- Teixeira, M. do Rio (2003). Objeto do desejo, objeto do gozo, objeto de consumo. *Revista da Associação Psicanalítica de Curitiba*, 7 (7), 149-181.

---

Recebido em 20 de fevereiro de 2008

Aceito em 18 de agosto de 2008

Revisado em 9 de setembro de 2008